

Ecoturismo e Projetos Ambientais Estudo de caso do Projeto Tamar

Karina Lanna

RESUMO:

Este trabalho é um estudo de caso do Projeto Tamar (Tartaruga Marinha), de âmbito governamental, criado em 1980. Durante sua trajetória, o Tamar evoluiu de projeto ambiental a socioambiental, amadurecendo seus ideais e perspectivas, a fim de alcançar as metas preservacionistas focadas nas tartarugas marinhas. Desta forma, se apóia em uma rede de parcerias com órgãos públicos, iniciativa privada, universidades brasileiras e instituições ambientais estrangeiras, além de legitimar o discurso intervencionista socioambiental nas populações receptoras através de sua configuração híbrida, representada pelo Estado e Terceiro Setor, isto é, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Fundação Pró-Tamar, respectivamente. Ademais, são analisadas as relações entre os pesquisadores do projeto e as comunidades locais nas quais se inserem verificando a promoção do desenvolvimento local, bem como a absorção do segmento ecoturístico em suas atividades. Nesta compreensão, há o questionamento do modelo socioambiental praticado, principalmente após a imersão na base operacional de Ubatuba (SP), a fim da realização da pesquisa de campo que, propiciou o encontro com os atores sociais envolvidos no processo educativo ambiental. Desse modo, o trabalho adquiriu novos rumos, já que houve uma mudança de percepções, o que, por sua vez enriqueceu a discussão, por meio de novos olhares quanto à função dos projetos ambientais na temática ambientalista brasileira e no processo de inclusão social, como também no uso do turismo como agente fomentador da promoção social, preservação ambiental e alternativa de renda e emprego aos participantes.

Palavras-chave:

Meio ambiente; Ecoturismo; Desenvolvimento local; Organização híbrida; Projeto Tamar.

ABSTRACT:

1 Introdução

Este trabalho pretende inserir as questões ambientais na pauta de aspectos relevantes que devem ser valorizados pela sociedade civil, setor público e privado e organizações não-governamentais através do estudo de caso sobre o ecoturismo praticado no projeto Tamar para que o canal de comunicação seja eficiente por meio do constante fluxo de informações e da conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente com a participação efetiva das comunidades locais.

O Projeto Tamar (Tartaruga Marinha) é o Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas, executado pelo Ibama¹, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis atrelado ao Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Centro Tamar-Ibama) e pela Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-Tamar), de âmbito não-governamental.

Criado em 1980, objetiva a conservação e o monitoramento das cinco espécies de tartarugas marinhas existentes no Brasil. Para isso, inclui em seus programas de sustentabilidade socioeconômica as comunidades das vinte e duas bases distribuídas pela costa nacional, promovendo a educação ambiental², o desenvolvimento local sustentável e a conservação e pesquisa aplicada. Por fim, cria alternativas econômicas às populações envolvidas, reduzindo a “pressão” sobre os ecossistemas e, conseqüentemente sobre as tartarugas marinhas.

O ecoturismo, segmento da atividade turística analisado neste estudo detém o poder de promover a sustentabilidade econômica através da sustentabilidade ambiental, pois “apesar da complexidade dessas questões, o ecoturismo é uma das poucas áreas em que a conexão entre desenvolvimento econômico e conservação de áreas naturais é nítida e direta” (WEARING, 2000; NEIL, 2000), fato que o difere dos demais segmentos.

O conceito condutor desta pesquisa sobre a atividade ecoturística, e sua relação com o projeto Tamar é o da organização não-governamental World Wildlife Fund (WWF-Brasil) e das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (1994) que utilizam o conceito oficial

¹ Criado em 22 de fevereiro de 1989. É uma entidade autárquica, de regime especial, com autonomia administrativa e financeira, dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede em Brasília – DF. Visa a conservação dos recursos ambientais a fim de atingir o desenvolvimento sustentável.

² “Um conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Lei 9 797/99, art. 1º).

formulado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), que o define como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1994). Além de englobar o patrimônio natural e cultural, a sustentabilidade e a comunidade local, inclui dois aspectos inéditos: a consciência ambiental e a interpretação do ambiente, ambos de extrema relevância, pois estimulam a interação entre os próprios participantes e o meio e promovem reflexões por meio do processo educativo-ambiental, o que valoriza o real significado do ecoturismo em detrimento do destaque depositado em seu valor mercadológico.

2 O PROJETO TAMAR

2.1 Do surgimento aos dias atuais

O Projeto Tamar é pioneiro na preservação de tartarugas marinhas, e “se apóia em um tripé financeiro que é a Petrobrás (patrocinadora oficial), o Ibama e a renda de produtos Tamar”³. O Ibama é o órgão responsável por cumprir as normas previstas no artigo 205 da Constituição Federal do Brasil “que trata da preservação da diversidade e integridade do patrimônio genético, proteção à fauna e flora e fiscalização das práticas que colocam em risco sua função ecológica” (PATIRI, 2002). Ademais, é um exemplo de projeto brasileiro ambiental que atende aos interesses de empresas privadas que lucram com o patrocínio ou apoio ao projeto, construindo a imagem de empresas “simpatizantes ao meio ambiente”. Além disso, recebe o aval público, representado por instituições do governo federal. Por fim, é parceiro do terceiro setor e das comunidades nas quais se estabelece.

Com efeito, investigando-se a origem do Projeto Tamar verificou-se que sua concepção ocorreu por influência da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza – FBCN, uma das mais importantes entidades de preservação da natureza do Brasil, mas que se orienta pelo fio condutor da intocabilidade. Este mito, como mostra Diegues (1996), orientou diversas entidades ambientalistas no mundo e, no Brasil, teve importância considerável durante a década de 70, coincidentemente, o mesmo período em que o Projeto Tamar foi criado (SUASSUNA, 2005).

A base da Praia do Forte (BA) era uma vila de pescadores quando a equipe se instalou. Nela, se encontra a sede nacional, além de ser um dos principais destinos turísticos do Estado. “Pode-se afirmar que no local há a concepção de “natureza mercantil”, posto que tanto os proprietários da área quanto o Projeto Tamar desenvolvem programas relacionados ao ecoturismo” (SUASSUNA, 2005). Além disso, o fato da Praia do Forte ser rotulada como

“vila de pescadores” por si só atrai o fluxo turístico, pois desperta na imaginação dos visitantes a idéia do cenário intocado e paradisíaco, onde as tradições se mantêm.

Na década de 1980, se tornou um projeto socioambiental, “agregando características das diversas culturas locais, realizando ações que promovem a conservação da biodiversidade, imbricadas no respeito às tradições locais – valorização cultural; atividades educacionais e a criação de alternativas econômicas que buscam viabilizar a sustentabilidade das comunidades locais” (PATIRI, 2002). Neste sentido, o projeto notou a importância de incluir os nativos em suas atividades, como se verifica na fala de Marcovaldi (2001): “a gente abandonou também a idéia mais policialesca de agir com fiscalização, que a gente podia também proibir as pessoas trazendo guardas, policiais florestais para impedir que as pessoas pegassem os ovos das tartarugas. O nosso caminho foi outro, o caminho de fazer com que se conscientizassem da necessidade de preservar”. Com efeito, a equipe se tornou socioambiental por meio da expansão do campo de ação às comunidades atingidas em prol das tartarugas marinhas.

Entretanto, o processo de intervenção socioambiental do Tamar gera resistências diretas e indiretas nas comunidades receptivas, alterando o modo de vida destes indivíduos, e principalmente dos pescadores, uma vez que a caça às tartarugas era um costume de algumas localidades. “Neste caso, as mudanças não nasceram de necessidades geradas dentro das comunidades; ao contrário, foram suscitadas por um agente externo à comunidade, com objetivos claramente definidos” (SUASSUNA, 2007). A partir disto, o Tamar interfere na cultura dos habitantes e em suas representações simbólicas, retirando o direito de capturar estes animais para alimentação, comercialização e caça, uma vez que na própria comunidade há disputa entre os pescadores para eleger aqueles que detêm maior destreza na caça das tartarugas. “Por isso, os especialistas da área ambiental tendem atualmente a defender que haja nas comunidades estudos precedentes realizados por uma equipe, preferencialmente multidisciplinar, para avaliar os impactos socioculturais das políticas ambientais” (AB’SABER, 1998). A partir da criação de uma equipe composta por profissionais capacitados de variadas áreas de estudo que insiram a ética no processo de intervenção, os valores ambientais, sociais e culturais serão respeitados e reconhecidos como peculiaridades do povo local, além de estabelecer o diálogo como fator inerente a tal processo.

³ Entrevista com Guy Marcovaldi. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/>>, acessado em 17/08/2007.

Para Carvalho (1995), “o conflito sócio-ambiental tem implicações que promovem o deslocamento de questões de natureza ecológica, para questões de natureza social, cujo pano de fundo se encontra no espaço político”. Isto mostra que, o Tamar a partir do discurso de ‘formação de consciência ambiental’ não favorece as comunidades suficientemente a ponto de eliminar desentendimentos, tendo em vista seu caráter governamental. Desta forma, os membros da comunidade vêem o espaço público por outro ângulo, ou seja, um espaço que os exclui em detrimento da preservação exclusiva das tartarugas marinhas.

Tal conflito se verifica no diálogo entre dois pescadores - um tartarugueiro (contratado pelo Tamar) e outro não - contratado:

Venha cá rapaz, se eu matar uma tartaruga, o que é que dá? Eu tô lhe perguntando porque você tá aí e pode me explicar a situação. [O tartarugueiro respondeu] Eu mesmo não sei lhe explicar a situação, eu sei que é problema, é melhor você não matar. E você sabe que quando o cara tá acostumado a fazer aquilo é meio ruim, volta depois que eu vou conversar com o Guy mais a Neca pra saber (SUASSUNA, 2005).

A partir deste diálogo, notam-se dois aspectos: (1) a intervenção do Tamar forma um novo grupo social vinculado economicamente a ele dentro de outro grupo (comunidade), isto é, os indivíduos mais experientes são contratados para legitimar os objetivos propostos, incluindo a educação ambiental o que, por sua vez gera conflitos entre os membros da comunidade, devido à contratação de uns em detrimento de outros; (2) o tartarugueiro não sabe exatamente os efeitos da caça das tartarugas, porém tem consciência de que o outro pescador não deve capturá-las. Isto mostra que há carência e/ou ausência de informações sobre a importância da preservação das espécies, o que, por sua vez demonstra a ineficiência da formação de consciência ambiental do projeto Tamar perante as comunidades próximas às bases. Somando-se a isso, há uma ruptura de valores, tanto com a chegada da equipe do projeto, quanto entre os indivíduos locais, já que, aqueles contratados pelo Tamar absorvem suas crenças, intensificando o conflito entre os atores de dentro (nativos) e os de fora (projeto Tamar).

Baseada em duas entrevistas realizadas em pescadores de Praia do Forte (BA) e Regência (ES) por Suassuna (1999), a autora conclui que “os programas são formulados pelo Projeto Tamar, mas não há uma relação de reciprocidade na constituição dos projetos com as comunidades intervindas, embora a justificativa para a constituição dos programas seja a de

que é necessário resgatar a auto-estima das populações locais, como afirmado pelo próprio Projeto Tamar” (SUASSUNA, 2005).

No mesmo sentido, os pescadores persistem na expansão da fiscalização do Tamar, uma vez que a pesca industrial é a principal causa da intensa mortandade de peixes e tartarugas marinhas. “O projeto Tamar fiscaliza apenas os pescadores nativos, enquanto os de fora, que realizam pesca industrial em alto-mar, não sofrem com o poder de polícia, porque o Tamar não dispõe de embarcações adequadas para fazer o policiamento” (SUASSUNA, 2007). Nota-se, que o projeto intervém na principal fonte de renda das comunidades (a pesca artesanal), além de não interferir nos maiores responsáveis pela extinção das espécies.

Devido à configuração híbrida (Estado/ONG), o projeto Tamar pode confundir funcionários e as comunidades nativas, já que proporciona uma relação ambígua, ora de proximidade, ora de distanciamento, pois o limite entre Estado e ONG não é definido.

A ligação entre o Projeto Tamar e o Estado é de proximidade, quando a intervenção necessita da força estatal, podendo apelar-se, inclusive, para seu poder de fiscalização no exercício da dominação legítima, por meio do poder imperativo do Estado com o uso da violência (apreensão de redes de pesca, prisão de pescadores que capturam tartarugas), mas também mantém relação de distanciamento com o aparelho estatal, quando delega à ONG atribuições que, em tese, deveriam ser suas (SUASSUNA, 2005).

Vale destacar que “os projetos ambientais devem ir além da sustentabilidade física (ambiental), devendo-se encontrar uma mediação entre aquela e a sustentabilidade política (social), em que os grupos sociais envolvidos tenham acesso aos bens ambientais, materiais e simbólicos” (CARVALHO, 2005).

Desta forma, o projeto visa solucionar o conflito de interesses dos participantes para que se beneficiem econômica e ambientalmente através da preservação das tartarugas marinhas. Contudo, “quando em suas práticas as pessoas são limitadas pela lei, acham que não são tratadas como deveriam, ou não estão sendo distinguidas, porque buscam a personalização de suas ações. Todos querem ser tratados como pessoas e não como *meros indivíduos*, o que sugere a não-distinção no meio da multidão” (FIGUEIREDO, 1995). Isto é, o Tamar deve valorizar os membros das comunidades, ressaltando suas peculiaridades e exercendo um modelo integrador iniciado pelas necessidades destes indivíduos para que, sejam reconhecidos individualmente dentro da coletividade histórico-cultural na qual estão

inseridos.

3 ECOTURISMO

3.1 Breve histórico do segmento ecoturístico no Brasil

Em meio a numerosos alardes relacionados às questões ambientais, como o crescente aquecimento global, assim como o alto padrão de consumo derivado de tecnologias de ponta que geram impactos ambientais, esgotando os recursos naturais, há uma necessidade de reunir esforços públicos, privados e do terceiro setor, a fim de conscientizar a sociedade quanto à preservação do ambiente natural. Como em variadas ocasiões os governos não têm recursos financeiros, funcionários capacitados ou interesse em promover a melhoria de tais fatores, cabe a sociedade civil e ao terceiro setor executar tal função.

O ecoturismo, segmento do turismo que, cresce cada vez mais é uma alternativa aos problemas ambientais, uma vez que, se praticado corretamente, gera oportunidades de emprego, renda, sustentabilidade e consciência ambiental. Neste sentido, entende-se que o homem e a natureza são dependentes, a partir do momento em que “o espaço natural deixa de ter apenas valor utilitário e passa a ter valor existencial. Se ele precisa existir para que o ser humano também exista, o ser humano deve ter cuidados com ele sem esperar algo em troca e criar uma nova perspectiva para atividades como o ecoturismo, diferentes das que existem hoje” (NEIMAN, 2002). Isto é, o ecoturismo pode ultrapassar obstáculos impostos pelo homem, caso haja um fluxo de informações que vise à educação sócio-ambiental dos visitantes e das comunidades receptoras.

A expansão deste tipo de turismo despertou o interesse dos *trade* turístico, o que, por sua vez aumentou o número de agências e estabelecimentos especializados ou que incluem em seus roteiros destinos focados no ambiente natural. Contudo, esta expansão não desenvolveu a atividade, desperdiçando benefícios, e muitas vezes, degradando a natureza e o modo de vida das populações locais.

A primeira tentativa do governo brasileiro neste segmento foi em 1987 através do Conselho Técnico Nacional, formado por técnicos do Ibama e Instituto Brasileiro de Turismo

(Embratur). Em seguida, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Rio-92)⁴ atraiu o interesse da mídia, do governo, da sociedade civil e de investidores que detectaram no segmento uma oportunidade lucrativa. A Agenda 21, documento formulado na ocasião, “favorece a inserção de novas posições sobre o uso dos recursos naturais, padrões de consumo e adoção de novas tecnologias, chamadas de tecnologias limpas, para assegurar a conservação da natureza” (SUASSUNA, 2007). Ademais, é criado o conceito de sustentabilidade baseado na gestão socioambiental, onde homem e natureza estão em sinergia.

Assim sendo, as comunidades locais são inseridas no processo de busca do desenvolvimento sustentável, por meio da gestão socioambiental. Porém, não são raros os casos em que o modelo de implementação turística é imposto de cima para baixo, sendo a comunidade a última a ter conhecimento. Junto a isso, “a idéia inflexível de padrão de qualidade põe seriamente em risco os valores locais que, contraditoriamente, o ecoturismo propõe resgatar” (NEIMAN, 2002), isto é, a partir da padronização da qualidade, tendo em vista o crescimento do ecoturismo como segmento a regiões exóticas.

Em 1994, a Embratur, o Ibama, o Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Meio Ambiente publicaram o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, a fim de estabelecer os métodos de planejamento e implantação deste segmento para a criação da Política Nacional de Ecoturismo.

De acordo com o documento, “o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar benefícios socioeconômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo” (Diretrizes, 1994). Verifica-se o desvio dos princípios do ecoturismo, uma vez que “as pressões mercadológicas são tão intensas que os profissionais da área acabam abrindo uma série de concessões para poderem continuar competitivos,

4 Realizada entre [3 e 14 de junho](#) de [1992](#) no [Rio de Janeiro](#), com a participação de 175 países, objetivou buscar alternativas de conciliar o [desenvolvimento](#) sócio-econômico com a conservação do meio ambiente, estimulando o desenvolvimento sustentável. Quatro acordos foram formulados: Declaração de Princípios sobre o Uso de Florestas; Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas; Agenda 21 e Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (MMA, 1998).

modificando seus próprios princípios e diminuindo seu leque de possibilidades de livre atuação” (NEIMAN, 2002). Partindo deste pressuposto, o ecoturismo se torna mais uma alternativa lucrativa ao mercado, e não ao meio ambiente e a sociedade civil.

No tocante a integração dos nativos no processo ecoturístico, a WWF (2003) diz que “o papel dos grupos locais, em parceria com setores públicos ou privados externos, é fundamental para que se promova a conservação ambiental, inclusão social, resgate e respeito à cultura tradicional, assim como a geração de renda e empregos”. Assim sendo, é essencial a articulação de parcerias entre os atores sociais envolvidos para que os benefícios sejam vantajosos a todos, além da criação de uma identidade própria deste segmento.

Assim, o ecoturismo não deve ser considerado o “salvador da pátria”, pois para que se insira na realidade local deve haver, no mínimo, uma infra-estrutura básica para que a rede turística seja criada em cima de serviços já existentes. Surtirá mais benefícios que problemas se estiver cercado de profissionais multidisciplinares, com a presença do turismólogo; se houver conscientização da natureza explorada; se os interesses das partes envolvidas forem atingidos; se as comunidades locais possuírem poder de decisão; se houver gestores socioambientais e condições mínimas de acesso, hospedagem e serviços turísticos e, principalmente se o turista regressar ao local de origem com novos conceitos e reflexões sobre sua função na sociedade e conservação do meio ambiente.

3.2 Ecoturismo no Projeto Tamar

Uma das principais atividades do projeto Tamar é o ecoturismo que, “além de ser importante

fonte de renda e gerar emprego, consolida institucionalmente o projeto e o legitima junto à comunidade” (MARCOVALDI, 2002). Neste caso, o foco do turismo, e principalmente do ecoturismo é a contemplação das tartarugas marinhas nas bases operacionais e nos eventos promovidos pelo projeto.

Nas bases, o espaço de interação entre os turistas e as tartarugas são os centros de visitantes (CVs), denominados de “entretenimento educativo” por Marcovaldi (2001): “Nos centros de visitantes, nós conseguimos fazer um show, mostrar o que fazemos, em que

trabalhamos e, à medida que as pessoas vêem as tartarugas nos tanques, contamos nossa história e as pessoas se emocionam e sempre passam para comprar um de nossos produtos que dão sustentabilidade ao projeto”⁵. Junto a isso, a interpretação nos CVs é considerada como “[...] um processo de comunicação destinado a desenvolver o interesse, o respeito e a compreensão do visitante por uma área e seus recursos naturais e culturais.” (IBAMA, 1997).

De acordo com Becker⁶ (2007):

...com relação à prática do ecoturismo, nem todas as bases têm atividades neste sentido. De certa forma é até mesmo uma questão de conceito. Se considerar os Centros de Visitantes como atrativos do ecoturismo, então todas as bases que tem CVs têm atividades (Florianópolis, Ubatuba, Comboios, Guriri, Arembepe, Praia do Forte, Pirambú, F. de Noronha). Se os CVs não são entendidos como "ecoturismo", então devemos pensar em atividades como o "Tartarugas by night", solturas de filhotes etc. Daí, devemos considerar basicamente as bases em áreas de desova com fluxo turístico (Comboios, Arembepe, Praia do Forte, Costa do Sauípe e Pirambú). As outras bases até podem realizar ações como estas, mas em menor quantidade.

Um exemplo da prática do ecoturismo é o passeio “Tartarugas By Night”, realizado na Costa do Sauípe e Praia do Forte. As tartarugas marinhas são adotadas por meio de uma taxa anual paga a Fundação Pró-Tamar. Caso sejam sorteados, “os participantes, sempre acompanhados de um biólogo do Tamar, podem ver os filhotes recém-nascidos e auxiliar na tarefa de contar, identificar e recolher as tartaruguinhas para sua liberação na praia”. A campanha de adoção objetiva aproximar o espectador do modo de vida destes animais, e assim gerar renda tanto ao projeto quanto às comunidades⁷.

Entretanto, quando entrevistado sobre a eficácia do projeto Tamar perante os pescadores de Praia do Forte (BA), o presidente da colônia de pesca diz:

Seu Guy realmente começou a pegar o pescador comprando os ovos de tartaruga. O pescador vendia. Aí ele chamava o pescador para mostrar a tartaruga, jogava a tartaruga para o mar. Depois ele deixou de chamar o pescador. Também a tartaruga começou a desaparecer, certo? E o pescador começou a cobrar de mim, como é fulano, o que é que ta acontecendo? As tartarugas tão desaparecendo? (...) Depois daí, saiu

5 Entrevista com Guy Marcovaldi. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/>>, acessado em 17/08/2007.

6 José Henrique Becker, biólogo e coordenador técnico do Projeto Tamar no Estado de São Paulo.

7 Projeto Tamar. Disponível em: <<http://www.projetotamar.com.br/>>, acessado em 17/08/2007.

com isso aqui, fazendo propaganda para o pescador. Que diz: a renda será destinada para o pescador, para a colônia dos pescadores e nunca deu nada. Aqui ele botou, fez essa propaganda. Você pode adotar uma tartaruga marinha e depois de tudo ganha um passeio a Fernando de Noronha, com hospedagem. Aí eu peguei isso aqui, fiz um ofício para o Ministério Público Federal, aí a polícia federal veio aqui, aí ele parou de fazer essa propaganda, certo, com o nome do pescador.

Nota-se a situação de crise estabelecida na comunidade de Praia do Forte, pois o presidente representa os pescadores locais, sendo cobrado pelos conflitos existentes relacionados ao Tamar, além da participação do Ministério Público como mediador. Ademais, o entrevistado afirma que a renda divulgada nas propagandas do projeto sobre a adoção das tartarugas não é revertida aos pescadores, o que destoa o discurso do Tamar promovido na mídia.

Há a capacitação de guias mirins provenientes de comunidades próximas às bases de fluxo turístico, como Arembepe (BA) e Praia do Forte (BA). Através desta oportunidade promovem a educação ambiental perante a comunidade e visitantes. É uma alternativa de geração de renda e emprego às crianças e suas famílias que, por serem da região onde se encontram as bases, detêm o conhecimento do ambiente local.

A primeira base a explorar o ecoturismo foi a da Praia do Forte⁸ (BA) em 1982, tendo em vista sua localização privilegiada em meio a belezas cênicas, aspectos culturais e proximidade de Salvador (BA), importante destino turístico nacional e internacional, além do fato de Praia do Forte ser propriedade particular, representada por donos que, avistaram no Tamar a oportunidade de implementar o ecoturismo na região. “No entanto os procedimentos adotados pelo Tamar e pelo proprietário da área são merecedores de crítica, em função da inexistência de diálogo ou de negociação entre os que legitimam a dominação e os que são por ela dominados” (SUASSUNA, 2007), isto é, o ecoturismo deve ser implementado junto à comunidade, dotando-a de poder de decisão.

De acordo com o site oficial⁹, atende cerca de 500 mil visitantes por ano, entre membros da comunidade local, estudantes, pesquisadores, turistas brasileiros e estrangeiros.

8 Em Praia do Forte, há o programa “Creche-escola”, mantido pelo projeto Tamar, pela Petrobrás e por doações nacionais e internacionais, a fim de alfabetizar as crianças carentes da região.

9 Projeto Tamar. Disponível em: <<http://www.projtotamar.com.br/>>, acessado em

Sua principal fonte de renda é o ecoturismo, sendo a segunda maior empregadora da região, de acordo com Marcovaldi (2001).

No trecho que se segue, nota-se a contribuição do turismo à região: “Com certeza o movimento cresceu e o progresso chegou bem mais rápido com o Projeto Tamar. As pessoas vêm visitar o Projeto Tamar e não deixam de vir para a Praia do Forte, para conhecer também os bares, os restaurantes, as casas de artesanato. Tudo, o Projeto Tamar na verdade é que chama. Com certeza o movimento cresceu, triplicou” (PATIRI, 2002). Neste sentido, o Tamar por si só atrai visitantes e recursos financeiros, sendo um atrativo potencial às regiões onde se insere.

Todavia, um membro da associação de moradores de Regência (ES) critica a postura do Tamar em relação ao turismo na região e à comunidade local, como se verifica no trecho abaixo:

A primeira coisa é uma parceria, com mais clareza. É todo mundo junto arregaçar as mangas, os dirigentes e fazer uma alternativa mesmo pra comunidade, porque se todo mundo que mora vive da pesca, as outras pessoas que não vivem da pesca moram aqui, tem sua mercearia, seu bar, sua compra de peixe nas mãos dos pescadores...Acho que tinha que ter uma parceria com a prefeitura, associação, fundação, cooperativa e Ibama, todo mundo que pensa em desenvolver Regência. Pois você veja, num local como esse não tem um hotel, uma pousada pra quem vem de fora. Isso tudo porque o projeto Tamar não quer (SUASSUNA, 2007).

Retornamos à questão das parcerias, principalmente com os nativos, além da necessidade de incluir o turismo nas atividades do projeto. Enquanto o ecoturismo é o foco do Tamar em Praia do Forte (BA), em Regência não é estimulado, o que demonstra uma variação de interesses econômicos e ambientais entre as bases do projeto.

De acordo com Sachs (1993), “qualquer projeto que vislumbre o desenvolvimento sustentável deve ser construído com base nas cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica – ambiental –, espacial e cultural”, isto é, os projetos ambientais, como o Tamar devem abordar os cinco tipos de sustentabilidade, pois atingem diretamente os indivíduos das comunidades receptoras e o ambiente natural.

Uma alternativa encontrada pelo Tamar a fim de formar a consciência ambiental nos atores sociais participantes é a prática da educação ambiental, característica do ecoturismo. De acordo com Marcovaldi (2001), “educação ambiental é a capacidade de você informar

22/08/2007.

uma pessoa como ela deve proceder (em relação à natureza), a capacidade de você fazer com que a pessoa goste da natureza ou de uma parte da natureza. Isso, para mim, é educação ambiental. Ou seja, fazer a pessoa compreender que ela precisa da natureza”. Entretanto, apesar do Tamar utilizar a educação ambiental para atingir seus objetivos, subutiliza o ecoturismo, o que é uma contradição, pois ambos são interligados.

O projeto Tamar, através do ecoturismo aproxima o visitante das tartarugas marinhas. Porém, o segmento não é explorado o suficiente pelos gestores socioambientais. Desta forma, a receita adquirida poderia ser maior, pois além de o ecoturismo estar em voga, a localização das bases é estratégica, pois todas se encontram na costa brasileira.

Por fim, é de suma importância a presença de equipes multidisciplinares. Para isto, são necessários além de biólogos, como é o caso do Tamar. Afinal, envolve percepções e subjetividades que não são analisadas no meio acadêmico, ou seja, o fluxo de informações e experiências flui a partir do momento em que há um quadro funcional capacitado e diversificado, transmitindo idéias e inovações que permitam o desenvolvimento social, ambiental e econômico das comunidades vinculadas a preservação ambiental.

4 ESTUDO DE CASO DO PROJETO TAMAR: UBATUBA (SP)

A viagem técnica a base de Ubatuba (SP) teve por objetivo verificar, na prática, o discurso preservacionista divulgado pelo projeto Tamar a nível nacional e internacional. Para isto, foram colhidas informações iniciais ao longo do desenvolvimento deste trabalho, a fim de formular os alicerces à pesquisa de campo.

Durante os dias 21, 22 e 23 de setembro de 2007 foram realizadas entrevistas com funcionários da base, comunidade local, estabelecimentos turísticos, além da observação direta, levantamento fotográfico e conversas informais que forneceram um material diferencial ao disponível na mídia ou ao público. Junto a isso, a estadia ocorreu no alojamento do projeto, localizado aos fundos da própria base, junto aos estagiários e outros funcionários do Tamar.

Questionado a inexistência de guias mirins no processo educativo realizado na base, um dos gestores socioambientais afirma que “não há o programa de capacitação de guias mirins em Ubatuba, pois os estagiários cumprem esse papel. Diferente da Praia do Forte, onde

há guias mirins e estagiários. Porém, estes se focam na soltura dos filhotes, na desova das tartarugas e os guias mirins na educação ambiental dos visitantes”, fato que não justifica a ausência deste programa em Ubatuba, uma vez que a mão-de-obra regional poderia ser aproveitada nas atividades da base.

De acordo com Hristov (2007), monitor ambiental entrevistado, a agência de ecoturismo na qual trabalha é responsável pelo Estudo de Meio, “desenvolvendo os roteiros, elaborando os conteúdos pedagógicos e executando as viagens”. Além disso, “uma vez por ano (julho) levamos alunos de intercâmbio dos Estados Unidos e Canadá para visitar a base do Tamar na Praia do Forte (BA). O nosso trabalho é focado nas escolas de ensino fundamental e médio, mas já levei grupos de mergulhadores para conhecer a base. Atualmente a nossa carteira de clientes é composta da seguinte maneira: 95% de escolas da grande São Paulo e 5% de escolas do interior”. Por fim, quando questionado a avaliação dos resultados da visita, afirma que existem alguns projetos para mensurar os resultados, mas ainda não conseguiram pôr em prática.

Neste sentido, nota-se que, os alunos de intercâmbio poderiam ser encaminhados a base de Ubatuba, devido à proximidade geográfica. Porém, são enviados a base de Praia do Forte, o que mostra, novamente a concentração de iniciativas em algumas bases. Apesar do trabalho da agência ser positivo, pois aproxima o público jovem dos objetivos de preservação ambiental, não há como mensurar os efeitos da viagem, o que prejudica os esforços da conscientização ambiental.

De acordo com Suassuna (2007), “o projeto Tamar, enquanto política de intervenção, não assume para si o papel de poder público. Neste âmbito, é visto como uma política excludente”, o que perpetua resistências em relação ao seu intervencionismo local, como se verifica no trecho a seguir, retirado da entrevista realizada com um pescador da região: “o projeto Tamar, nós temos que ter pessoas mais conscientes do trabalho pra administrar o município melhor, porque eles tão aqui administrando uma área marítima, onde existe a preservação de um peixe, tartaruga e outras coisas...só que é o seguinte, eles têm que se ‘afundar’ mais no trabalho, sabendo preservar o município primeiro. Os grandes pescadores vêm aqui e pegam tudo do mar, não sobra nada pra gente. Tem que ir atrás deles primeiro”.

Nota-se a resistência do pescador perante a intervenção do Tamar, uma vez que não há

fiscalização das indústrias pesqueiras, que “tornam a pesca artesanal uma atividade quase em extinção, por retirar-lhe a competitividade no mercado, representando para os pescadores que continuam a exercê-la artesanalmente uma atividade insuficiente para assegurar a sua própria subsistência” (SUASSUNA, 2007).

Quanto aos programas comunitários¹⁰ promovidos pelo Tamar, diz: “olha, praticamente eu sei disso daí, mas é muito devagar né...como vai divulgar uma coisa se não tem estrutura na cidade?”. Desta forma, o pescador afirma que conhece alguns programas, porém são insuficientes à melhoria da qualidade de vida da população.

Por fim, em relação à caça das tartarugas afirma: “Eu nunca pesquei tartaruga, ela cai na rede. Eu solto ela. Muito raro a gente pegar uma tartaruga pra comer. A tartaruga tem sete tipos de carne, sei do que ela vive, ela limpa sangue do corpo da gente. Agora, tem que parar e pensar na gente também. A gente tem o direito de preservar. Vamos preservar sim”. Verifica-se o destaque no fato de que a tartaruga não é pescada, mas sim capturada acidentalmente. Isto mostra o efeito do discurso preservacionista do Tamar.

Quanto aos estagiários, são os responsáveis pela educação ambiental¹¹ através do *tour* guiado realizado com os visitantes. Porém, seguem um *script*, o que torna o *tour* repetitivo e superficial, uma vez que se foca estritamente nas tartarugas marinhas. Ao todo, são nove estagiários (na época da pesquisa), oito estudantes de biologia, e apenas um de turismo, o que demonstra o reduzido interesse do projeto nesta atividade. Junto a isso, a educação ambiental se foca nos turistas que pagam para conhecer a base, e não na população local, o que pôde ser comprovado pela ausência de nativos no processo educativo.

Além do *tour* guiado, são os responsáveis pela limpeza dos tanques e alimentação das

10 Dulce Suassuna observou, durante a pesquisa de campo, que o centro ecológico do Tamar em Regência (ES) fornece serviços odontológicos aos moradores locais, além do acesso à biblioteca. A Petrobrás financia tais serviços, em parceria com a Prefeitura de Linhares. Porém, em Ubatuba não se verificou a presença do Tamar em serviços similares a estes.

11 De acordo com a definição legal, educação ambiental é “um conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Lei nº 9795/00).

tartarugas, bem como pela tarefa de campo, quando pescadores telefonam a base avisando a presença de tartarugas nas praias, debilitadas ou mortas. Nesta compreensão, de acordo com Becker (2007), os pescadores não são pagos para resgatar as tartarugas. Contudo, “há uma troca de favores e os motivos pelos quais eles telefonam são dos mais diversos, como ganhar uma blusa do Tamar, um prato de comida, preservar a tartaruga...”.

Cabe ressaltar a existência do Museu Caiçara nos limites da base. O espaço é uma parceria do Tamar com os índios da região, a fim de valorizar sua cultura. Contudo, os funcionários não receberam informações sobre o Museu ou, uma palestra informativa sobre os caiçaras, o que, por sua vez subutiliza a riqueza cultural deste povo, tornando o Museu apenas um atrativo do *tour*, como afirma uma das estagiárias: “um historiador viria à base logo no início explicar o Museu Caiçara, porém até hoje (22/09/2007) não veio”.

No tocante às parcerias, os estagiários não têm conhecimento. Citam apenas a Prefeitura de Ubatuba e a Arcor, pois ambas estão estampadas no uniforme. Em relação a isto, Suassuna (2007) diz que “o envolvimento político do Projeto Tamar com instâncias de poder local, que não é sequer mencionado na construção do processo dialógico do Projeto com as comunidades, aparece como uma espécie de embrião para o desentendimento”, fato que pôde ser observado em Ubatuba.

Nesta compreensão, há o Aquário de Ubatuba, no centro da cidade. É parceiro do Tamar, já que possuem objetivos similares, isto é, de preservar o ambiente natural. Não havia *folder* do projeto Tamar no aquário e, vice-versa.

Quanto à promoção de eventos locais pelo Tamar, dentre os cinco funcionários entrevistados, somente um citou a participação do projeto em um evento de manifestação cultural realizado este ano. Porém, não soube explicar com precisão a função do projeto na ocasião. Novamente, dentre os cinco, apenas dois mencionaram a oficina de papel reciclado¹², localizada na própria base, o que demonstra o reduzido conhecimento quanto aos programas comunitários promovidos.

De acordo com um estagiário, o Tamar se diferencia dos demais projetos ambientais, pois “os biólogos não trabalham com a intenção de receber dinheiro. Também ajuda, mas

12 Criada em 1997 com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A renda é revertida aos jovens que produzem as sacolas, bem como a compra de matéria-prima.

aposto que eles amam o que fazem. Estão aqui porque realmente gostam das tartarugas e querem preservá-las”. Observa-se o discurso do preservacionismo puro, uma vez que, para ele, o Tamar é a conservação das tartarugas marinhas, baseado nos esforços dos biólogos que não trabalham para acumular capital. Desta forma, verifica-se a precária rede de informações e experiências por parte destes voluntários.

Em relação à infra-estrutura da base, é bem distribuída e espaçosa. Há uma loja de produtos da marca Tamar, fabricados pelos grupos produtivos. Contudo, o preço é motivo de reclamação, pois os funcionários (exceto os gestores), os visitantes e residentes entrevistados acham os produtos caros.

Há painéis explicativos em inglês e português; sala infantil com material de desenho disponível; local restrito onde veterinários cuidam das tartarugas; há acessibilidade para deficientes físicos, idosos e carrinhos de bebê; a recepção é bem localizada; os tanques são bem distribuídos, com placas explicativas das espécies de tartarugas; auditório com 30 lugares; Museu Caiçara; lixeiras recicláveis; demonstrações interativas do modo de vida e órgãos das tartarugas, e um anexo onde os gestores trabalham. Além disso, há uma loja externa de produtos Tamar, localizada ao lado do Aquário de Ubatuba, no centro da cidade.

No tocante ao turismo, especificamente o ecoturismo, todos os entrevistados sem exceção, afirmam que o Tamar deve investir na atividade, pois traria receita que, poderia ser revertida aos objetivos do projeto e a região de Ubatuba. Todavia, poucos sugeriram soluções a serem implementadas. Para eles, a base contribui ao avanço do turismo local, pois atrai diversos visitantes, especialmente na alta temporada.

Há fichas de avaliação impressas em papel reciclado. Porém, por observação direta nenhum visitante preencheu, o que demonstra a precária avaliação dos resultados por parte da equipe técnica. Neste sentido, as vendedoras da loja poderiam ser agentes esclarecedoras sobre a origem dos produtos disponíveis, pois os indivíduos não têm o costume de ler os cartazes espalhados pela base. Cada funcionário deve agir ativamente, estimulando o fluxo de informações.

O valor da entrada é gratuito aos moradores locais, o que estimula a visitação, como foi comprovado durante a pesquisa.

No campo da formação de consciência ambiental, notou-se que nem todos os

visitantes finalizam a experiência positivamente, isto é, pagam a fim de fotografar as tartarugas marinhas, colecionar panfletos e adquirir produtos. Por outro lado, diversos turistas utilizam o *tour* guiado para se informar sobre o trabalho realizado pelo Tamar. Há um terceiro grupo, composto por indivíduos que já conhecem as atividades e trajetória do Tamar, contudo é uma pequena minoria.

Os carros utilizados pelos biólogos da base foram adquiridos com recursos do Ibama e da Fundação Pró-Tamar. Se comparado aos demais projetos ambientais brasileiros, o Tamar detém uma quantia significativa de capital, já que seus parceiros são grandes empresas e órgãos públicos, levando em consideração o fato de ser um projeto governamental.

Enquanto a base de Praia do Forte (BA) recebe turistas nacionais e estrangeiros, a de Ubatuba recebe, em sua grande maioria, turistas brasileiros, o que pode ser comprovado pelo fato de que não é pré-requisito ter domínio de línguas estrangeiras. Questionados em relação a isto, os funcionários afirmam que a comunicação é estabelecida, porém em português, o que reduz a mensagem educativa ambiental transmitida, especialmente no projeto Tamar que é parceiro de instituições internacionais e bastante divulgado no exterior.

Neste ponto, cabe destacar a má sinalização da base, pois não há indicações no centro da cidade. Apenas a três quarteirões de distância há placas do projeto, fato considerado negativo pelos entrevistados que desconhecem a região. Apesar disto, o público valoriza a experiência da visita, indicando a conhecidos (informação boca-a-boca). Neste contexto, sugerem uma divulgação mais eficiente na mídia, baseados em dois argumentos: (1) a divulgação nas cidades de origem dos entrevistados é precária, principalmente no interior; (2) se foca no Nordeste, representado pela base da Praia do Forte (BA) e Fernando de Noronha (PE).

Não há turismólogo na base, o que demonstra o reduzido investimento nesta atividade que, de acordo com o Tamar é uma das principais fomentadoras de receita do projeto. Neste sentido, há apenas biólogos na gestão local, no máximo, profissionais de áreas afins. Cabe ressaltar que os gestores residem em Ubatuba, como o Tamar divulga constantemente.

De acordo com o recepcionista da base, o Centro de informações turísticas de Ubatuba, localizado no centro da cidade, indica o projeto aos turistas. A fim de comprovar tal argumento, realizou-se uma entrevista com a funcionária do CIT, porém na posição de

visitante. Logo na chegada, observou-se no balcão o *folder* do projeto Tamar. A funcionária indicou diversos passeios ecoturísticos, não indicando a base do Tamar, isto é, formulou um roteiro ecoturístico, porém foi necessário recordá-la quanto à existência da base. Enquanto a infra-estrutura da base é positiva, a de Ubatuba é ineficaz. Não há ônibus próximo ao projeto, sendo necessário se deslocar de táxi (não padronizados) ou a pé, de acordo com as distâncias. Além disso, os táxis não costumam circular pela cidade, o que dificultou a estadia.

A sinalização e manutenção da cidade não são favoráveis ao turismo, devido à ausência de placas indicativas, e precária conservação de espaços públicos, apesar dos diversos estabelecimentos turísticos, localizados próximo à orla. No mesmo sentido, a rodoviária se encontra em péssimo estado.

Retornando ao depoimento do pescador, diz que “Ubatuba não tem estrutura pra receber turista, que não tem saneamento básico, segurança, hospital, que em alta temporada fica insuportável, as pessoas vêm e enchem tudo, destroem tudo. A culpa é do governo, da prefeitura que não investe na cidade, nas pessoas. Não temos pessoa adequada pra trabalhar em cima disso. Ubatuba não tem turismo. Como um projeto Tamar vai entrar num município desse segurando uma cidade dessa? Manter uma cidade dessa, uma estrutura dessa? Que quando chega uma temporada aqui ninguém agüenta. Que turismo é dólar e aqui não tem estrangeiros, só veranista. Tem que investir no turismo pra investir na cidade, nos moradores”. Neste contexto, cabem três observações: (1) o pescador ressalta a precária infra-estrutura básica da cidade, fato comprovado durante a estadia; (2) menciona o Tamar como um agente governamental, devendo promover o desenvolvimento da região; (3) afirma que turismo é desenvolvimento, e Ubatuba não detém infra-estrutura necessária à execução da atividade, bem como não recebe turistas estrangeiros que, para ele, são os verdadeiros turistas. Junto a isso, diz que não há pessoas capacitadas no turismo, situação observada ao longo da pesquisa de campo.

De acordo com uma moradora local, no tocante ao turismo, argumenta que “infelizmente aqui não há, isso posso dizer com certeza, moro aqui há 14 anos, não há um enfoque e interesse de desenvolvimento de ecoturismo e turismo cultural, nos quilombos e comunidades. Poderia ter sido feito um trabalho cultural com eles até com relação a festas folclóricas”. Neste trecho, a entrevistada sugere a expansão do campo de atuação do Tamar

para além da sustentabilidade ambiental, como a divulgação da riqueza cultural de Ubatuba, além do segmento ecoturístico. Somando-se a isso, “o que precisa ser grifado é que Ubatuba não tem um suporte de turismo. E os moradores sofrem com isso porque não temos um meio de subsistência. É preciso apresentar projetos de turismo para as verbas serem liberadas. Depende do interesse político e Ubatuba parece com tudo isso. O Projeto Tamar não só tem a preservação e esse trabalho com as tartarugas, mas dentro da base há coisas paralelas que favorecem aos adolescentes como a Oficina de papel reciclado e o Museu Caiçara”, isto é, Ubatuba poderia aumentar sua receita a partir do turismo.

No tocante às tartarugas marinhas da base, não retornam a natureza, pois nasceram em cativeiro ou não se adaptariam novamente ao ambiente marinho, de acordo com os biólogos. Os tanques que as abrigam seguem as normas do Ibama, entretanto o estresse é elevado, pois o movimento de turistas é freqüente, e de acordo com os funcionários, na alta temporada a base lota.

Apesar do esforço preservacionista, ainda estão ameaçadas de extinção. “As tartarugas sofrem também com a perda de importantes áreas de alimentação e reprodução, devido à ocupação desordenada do litoral e à poluição marinha. O incremento da atividade pesqueira, industrial, também acelerou esse processo de diminuição das populações”¹³. Junto a isso, de cada 1000 filhotes, apenas um ou dois se tornam adultos.

Por fim, a Secretaria de Turismo de Ubatuba (SETUR, 2007) afirma que:

...com relação ao Tamar, a Secretaria de Turismo tem total aprovação pela atividade no município, inclusive tratando-o com a maior atenção possível, principalmente na sua divulgação, tanto no nosso Centro de Informações Turísticas como nas feiras e eventos do setor. Atualmente estamos em pleno processo de Plano Municipal de Turismo, onde o Tamar será tratado com toda atenção possível, pela sua importância como Projeto Ambiental, relevância em Ecoturismo assim como alternativa de entretenimento no nosso município.

Neste sentido, seriam válidas parcerias com instituições de turismo locais, e também com a Associação dos Monitores de Ecoturismo de Ubatuba (A.M.E.U), já que a localidade não carece de riqueza ambiental e cultural, tendo seu potencial desperdiçado, tanto pelo *trade* turístico, como pelo projeto Tamar.

13 Projeto Tamar. Disponível em <<http://www.projetotamar.com.br/>>, acessado em

Em suma, “as políticas públicas, especialmente as da área ambiental, como é o caso do Projeto Tamar, ainda não são capazes de identificar a complexidade das relações sociais que mantêm, ou seja, não estão preparadas para estabelecer canais de diálogo com as comunidades” (SUASSUNA, 2005).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Tamar, a partir da intervenção nas populações receptoras, a fim de legitimar os objetivos conservacionistas, influencia o modo de vida destes indivíduos, pois “os pesquisadores entram na comunidade com suas visões “pré-concebidas” sobre a natureza, que se pautam no sentido de preservação dentro do “mito da natureza intocável”. Os moradores, ao contrário, vêem a natureza como uma aliada que lhes permite a subsistência (caça de tartarugas e pesca) e a construção de seus sistemas de representações” (SUASSUNA, 2007). Neste sentido, apesar da coordenação nacional afirmar a transformação do projeto em socioambiental, é necessária a expansão das relações com as comunidades.

Cabe ressaltar que, os programas comunitários são pouco divulgados, como se comprovou na pesquisa de campo, em Ubatuba (SP). Por isto, visitantes, residentes e funcionários não detêm informações suficientes sobre o processo educativo ambiental do Tamar, fato que prejudica seu percurso, pois a participação das comunidades e a criação de um sistema eficaz de dados são de suma importância.

Neste contexto, tais programas representam “apenas mais uma forma de o Projeto Tamar exercer o controle social sobre os pescadores e suas famílias, pois, mantendo-os sob o vínculo empregatício, constrói-se a necessidade, tornando difícil para o pescador e sua família se desvencilhar dele depois” (SUASSUNA, 2007), isto é, os programas comunitários são uma alternativa de conectar em longo prazo a comunidade local aos objetivos ambientais, tendo em vista a geração de emprego e renda. Entretanto, caso o vínculo empregatício termine por qualquer motivo, a equipe socioambiental terá de buscar novas alternativas à preservação das tartarugas marinhas, pois o controle social exercido por meio de relações de poder e

18/10/2007.

dominação será eliminado.

Além disso, nem todos os membros das comunidades são empregados pelo Tamar, o que gera discórdia entre eles, e também em relação aos pesquisadores. Quanto a isto, notou-se que, em Ubatuba não há pescadores vinculados ao projeto. Por outro lado, os grupos produtivos da região não se localizam próximo a base, exceto a oficina de papel reciclado. Assim, o Tamar poderia encaminhar os visitantes a tais praias para que, se aproximem do trabalho efetuado pela comunidade, estimulando-os a adquirir os produtos da loja.

Nesta compreensão, a base em questão utilizaria mão-de-obra local para guiar os grupos de turistas, tanto aos programas comunitários, quanto na visitação no centro de visitantes, isto é, haveria a promoção do turismo, e conseqüentemente do ecoturismo.

Além do mais, as parcerias, além de má divulgadas, são poucas, se comparadas ao número de instâncias locais que, poderiam beneficiar as metas do projeto, além de se beneficiarem. Contudo, por ser um projeto governamental, tem em sua rede de apoio empresas renomadas, além do suporte público, ou seja, é um projeto que, apesar de necessitar constantemente de recursos financeiros, tem o aval público e privado, além da projeção em território nacional e internacional. Este é o diferencial do Tamar, pois os projetos ambientais que não conseguem parceiros ‘de peso’, principalmente aqueles não-governamentais, têm de redobrar seus esforços.

As parcerias entre “a indústria de turismo, as agências governamentais e a população local são necessárias, já que as populações locais podem articular preocupações, desejos e necessidades iniciais em relação a qualquer progresso, avaliando, em seus próprios termos, se desejam os benefícios proporcionados pelo turismo (antes mesmo de obterem emprego)” (WEARING, 2000; NEIL 2000). Desta forma, o Tamar, assim como os projetos ambientais no geral, devem consultar os nativos antes de formular e implantar modelos de preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

No caso do projeto Tamar, a equipe precisa compreender o motivo pelo qual as comunidades consomem os ovos e a caça das tartarugas marinhas para que, formule estratégias de aproximação e alternativas cabíveis aos costumes e tradições de cada localidade, e assim criar a consciência ambiental, em detrimento da “pseudoconsciência ambiental”, representada pela educação ambiental superficial e repetitiva.

O ecoturismo exercido pelo projeto é inferior ao que poderia ser, isto é, os benefícios e oportunidades que este tipo de turismo poderia gerar aos participantes do Tamar são imensuráveis, principalmente pelo fato de que as vinte e duas bases se localizam no litoral brasileiro, ou seja, são áreas potenciais em ecoturismo.

Assim sendo, nota-se que, a educação ambiental é o aspecto do ecoturismo mais propagado no projeto Tamar, quando, na verdade, deveria ser acompanhada da interpretação do ambiente natural, isto é, expandir a comunicação simples e direta executada através do *tour* guiado nas bases, uma vez que, “a interpretação deve deixar o ecoturista com uma sensação de prazer e satisfação e com a percepção de que a conservação ambiental e os princípios da sustentabilidade são valiosos, satisfazendo, desse modo, os objetivos da conservação” (FORESTELL, 1990). Infelizmente, na maioria dos casos, os transmissores de informação não estão aptos a despertar no ecoturistas tais sentimentos, fato agravado pela precária distribuição de material interpretativo.

Em Ubatuba, poderia haver parcerias do Tamar com agências especializadas ou, guiamento de grupos em trilhas, praias, cachoeiras, e outros pontos ecoturísticos. O projeto é capaz de fomentar o desenvolvimento regional, por meio da conciliação de interesses, discutidos em reuniões periódicas entre os funcionários, a comunidade e órgãos locais.

Nota-se que, a rede de comunicação entre os funcionários é precária, o que valoriza a hierarquização interna, proposta contrária ao discurso do Tamar. Se, o diálogo é falho entre a própria equipe, não será diferente no tocante às comunidades, principalmente se o modelo for imposto, provocando a justaposição de representações simbólicas.

Em relação ao ecoturismo no Brasil, cabe destacar a precária articulação entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente, demonstrando a ineficiência do quadro funcional, como também a ausência de interesse em investir no segmento, apesar do intenso potencial brasileiro no campo do meio ambiente. Somando-se a isto, não há uma política nacional de ecoturismo, isto é, não há a padronização de dispositivos legais e regulamentações próprias, tanto é que as principais iniciativas neste campo são de organizações não-governamentais que, apesar de importantes, são iniciativas pontuais.

É preciso considerar o ecoturismo como “um setor da sociedade capaz de transformar e, com isso, contribuir para uma mudança de paradigma. Só ainda não tem uma percepção

consciente dessa possibilidade, não se vê desejoso de transformar. Está aturdido face às pressões do mercado” (NEIMAN, 2002).

Por isto, cabe aos profissionais da área compor equipes multidisciplinares para que, haja o avanço efetivo da atividade, especialmente do ecoturismo. Neste contexto, “só o Bacharel em turismo tem discernimento e serve como articulador para agrupar as informações previamente coletadas, a fim de se obter o melhor resultado e executar assim um plano de ação a ser realizado, a partir da compreensão de uma comunidade turística local” (TRUJILHO, 2007), isto é, o profissional de turismo junto a outros de diferentes áreas, é necessário no processo educativo ambiental para que, os objetivos não se foquem somente em um tipo de sustentabilidade.

Por fim, o Tamar, apesar das falhas já citadas, é um projeto ambiental que sobrevive há quase três décadas, tempo considerável em termos de Brasil. Se não fosse o trabalho executado pela equipe técnica das vinte e duas bases, a situação das tartarugas marinhas certamente estaria muito pior. Neste sentido, projetos ambientais como o Tamar, mesmo cedendo às pressões do mercado ocasionalmente, são essenciais a solução completa ou parcial das questões ambientais.

Entretanto, “os projetos ambientais são sempre relegados para um segundo momento, pois a lógica de mercado mundial exige do Brasil uma postura voltada para a economia. Quando a política econômica estiver estável, quando o país estiver em pleno desenvolvimento, quando o PIB crescer, quando o Brasil for, enfim, um país rico, então será possível investir em preservação, em educação e em questões humanitárias” (NEIMAN, 2002), ou seja, quando a situação de crise alcançar o ápice, caso já não tenha alcançado, a sociedade e os governantes iniciarão um novo movimento ambientalista, desta vez, pautado na oportunidade de lucro no socioambientalismo.

REFERÊNCIAS:

AB’SABER, A.N e MÜLLER-PLATEBERG, C. **Previsão de Impactos:** o estudo do impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. 2º ed. São Paulo: Edusp, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília, DF:

Embratur, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política ambiental integrada e uso sustentável dos recursos naturais**: deliberações. Brasília, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caminhos do Futuro**: Ecoturismo. São Paulo: IPSIS, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano nacional do turismo**: diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília, 2003.

CARVALHO, I. (Org.). (1995). **Conflitos sociais e meio ambiente**: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: Ibase.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIGUEIREDO, L.C. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

INSTITUTO VITAE CIVILIS; WWF – BRASIL. **Sociedade e ecoturismo**: na trilha do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Peirópolis, 2003.

IRVING, Martha. **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

LEMONS, Leandro. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005. p. 76.

NEIL, John; WEARING, Stephen. **Ecoturismo**: impactos, potencialidade e possibilidades. São Paulo: Manole, 2000.

NEIMAN, Zysman. **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. São Paulo: Manole, 2002. p. 160-179.

PATIRI, V. J. A. **Projetos ecológicos e o desenvolvimento local**: Estudo de caso do projeto Tamar. 2002. 242 f. Dissertação (Mestrado profissional em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

PATIRI, Victor. **O desafio da formação do gestor socioambiental**. Salvador, 2002.

_____. **Revista do TAMAR**, n.9. Salvador: Fundação Pró-Tamar, 2006. p.13-19.

_____. **Revista do TAMAR**, n.2. Salvador: Fundação Pró-Tamar, 1998. p.14-21.

_____. **Revista do TAMAR**, n.1. Salvador: Fundação Pró-Tamar, 1996. p.1-24.

SACHS, I. (1993). “**Estratégias de transição para o século XXI**”. In. BURSZTYN, M. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense.

SOUZA, Vanessa; SAMPAIO, Carlos. **Em busca de uma racionalidade convergente ao**

ecodesenvolvimento: um estudo exploratório de projetos de turismo sustentável e de responsabilidade social empresarial. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SUASSUNA, Dulce M. F. A. “A Educação ambiental e o Projeto Tamar”. **Ambiente & Educação**. Rio Grande, v. 9, p. 123-138, 2005.

SUASSUNA, Dulce M. F. A. “Entre a dominação racional-legal e o carisma: a intervenção do Projeto Tamar em comunidades pesqueiras”. **Sociedade e Estado**. Revista do Departamento de Sociologia, da Universidade de Brasília, v. 20. n. 3 2005, p. 521-540.

SUASSUNA, Dulce M. F. A. **Um olhar sobre políticas públicas ambientais:** o projeto Tamar. Brasília: Thesaurus, 2007.

TRUJILHO, Maria Daniela. **Necessidades dos atores sociais para o entendimento do processo de desenvolvimento turístico sustentável no município de Brotas (SP)**. In: IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (UAM), 2007, São Paulo.

WWF-WORLDWILDE FUND FOR NATURE. **Manual de ecoturismo de base comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, DF: WWF.

ZURITA, Marcos. **O Projeto Tamar, política ambientalista brasileira e suas repercussões sobre território, população e sociedade**. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2006, Caxambú (MG).